

As cidades romanas na Tripolitânia: o caso de Oea (século II d.C.)

The Roman cities in Tripolitania: the case of Oea (II AD)

Belchior Monteiro Lima Neto*

Resumo: As cidades romanas na Tripolitânia compunham um emaranhado urbano de origens diversas. Algumas delas remontavam sua fundação ao passado púnico, principalmente aquelas localizadas na costa mediterrânea, como no caso das três principais aglomerações citadinas da região, Lepcis, Sabrata e Oea. Neste artigo, analisaremos as influências da conquista romana na Tripolitânia, tomando como caso para estudo as mudanças ocorridas no sítio urbano de Oea, como consequência do processo de ascensão da cidade ao *status* de colônia romana.

Abstract: The Tripolitania's Roman cities made up an urban tangle of several backgrounds. Some of them dating back its founding to Punic past, especially those located on the Mediterranean coast, as in the case of the three main agglomerations in the region, Lepcis, Sabrata and Oea. In this article, we analyze the influence of the Roman conquest in Tripolitania, taking as a case study the changes in the urban site of Oea as a result of ascension process of the city to the Roman colony status.

Palavras-chave:

Império Romano;
Tripolitânia;
Oea;
Colônia romana.

Keywords:

Roman Empire;
Tripolitania;
Oea;
Roman colony.

Recebido em: 23/09/2015
Aprovado em: 15/12/2015

* Doutor em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Pesquisador associado ao Laboratório de Estudos sobre o Império Romano (Leir/ES).

A região norte-africana que comumente se denominava, na Antiguidade, como Tripolitânia compreendia uma ampla extensão territorial, correspondendo às terras entre a cidade de *Tacapae*, a leste de Cartago, e a região da Sírtica, a oeste do Egito. Ao norte, a Tripolitânia era banhada pelo Mar Mediterrâneo; ao sul, fazia fronteira com o deserto do Saara, onde se localizava o *limes tripolitanus*.¹ Em sua totalidade, a Tripolitânia era uma vasta região com cerca de 610 mil quilômetros quadrados, grande parte dela situada em áreas desérticas e pré-desérticas (MATTINGLY, 1994, p. 1-16).²

A Tripolitânia foi oficialmente anexada ao Império Romano em 46 a.C., como consequência direta do término da guerra civil (49-46 a.C.) que pôs em lados contrários os partidários de César e os de Pompeu.³ Nesse conflito, o rei Juba I, soberano do Reino da Numídia, apoiou militarmente a facção conservadora liderada por Pompeu, o que proporcionou, após a vitória de César, a dissolução e a agregação do reino númida e de suas possessões – entre elas as cidades tripolitanas – ao território diretamente administrado por Roma. A partir daí, a *Africa Proconsularis* ficaria dividida em *Africa Vetus* – formada pelo antigo território conquistado aos cartagineses – e *Africa Nova* – cujas terras incluíam o antigo Reino da Numídia e a Tripolitânia (RAVEN, 1993, p. 51-52; BIRLEY, 2002, p. 8).

Inicialmente, as principais cidades da Tripolitânia – Lepcis, Oea e Sabrata – foram integradas ao Império Romano como *civitates libertae*, isto é, cidades livres que, mesmo submetidas ao poder romano, continuavam a ter uma grande margem de autonomia, com a manutenção de suas leis, suas instituições e seus costumes locais (FRIJA, 2012, p. 96-103). O *status* de *civitas liberta* pode ser observado tendo em vista a autorização de emissão de moedas que lhes foi concedida. A partir do final do século I a.C., cunhou-se um grande volume de numeração, no qual se exaltava a vinculação das cidades da Tripolitânia ao Império – com efígies que enalteciam a figura do imperador e/ou da família imperial (Figuras 1 e 2) –, ao mesmo tempo em que se reforçava a posição independente das *civitates* frente ao governo central,⁴ enfatizando-se o nome da cidade – escrito em

¹ Tal fronteira não constituía uma linha ininterrupta de separação entre o mundo romano e o “bárbaro” exterior, mas, ao invés disso, se caracterizava como uma região de contato entre diferentes culturas. Era formada por uma linha descontínua de fortes e estradas que dificilmente se poderia interpretar como um *limes* de defesa contra as ameaças externas. Correspondia, na realidade, a uma rede complexa de controle, administração e taxação dos movimentos das tribos seminômades que habitavam a região meridional e que sazonalmente atravessavam a fronteira à procura de pastos que fossem suficientemente abundantes aos seus rebanhos (CHERRY, 2005, p. 24-74).

² Segundo números referentes à Tripolitânia: “Como um todo, [...] somente nove por cento das terras não são desérticas e três por cento são úteis à agricultura” (MATTINGLY, 1994, p. 5).

³ A Guerra Civil Cesariana, também conhecida como Segunda Guerra Civil da República de Roma, foi um conflito militar ocorrido entre 49 e 46 a.C. Foi o confronto de Júlio César contra a facção conservadora do Senado, liderada militarmente por Pompeu. A guerra terminou com a ascensão definitiva de César como ditador romano (GRIMAL, 1993, p. 27-32).

⁴ O termo *civitas* (plural *civitates*) possuía diferentes significados, podendo ser traduzido como cidade, Estado, cidadania, corpo cívico, tribo ou nação independente no interior do Império Romano (GLARE, 1968, p. 330). Neste artigo, utiliza-se *civitas* como sinônimo de cidade, caracterizando o estatuto sociojurídico de uma comunidade assentada em um espaço

alfabeto púnico – responsável pela emissão das moedas (*Numismatique de L’Ancienne Afrique*, 1-64).⁵

Figura 1 - Moeda do período imperial romano – Oea



Fonte: *Numismatique de L’Ancienne Afrique*, 36.

Figura 2 - Moeda do período imperial romano – Oea



Fonte: *Numismatique de L’Ancienne Afrique*, 34.

O domínio romano sobre a Tripolitânia, como regra geral para a maioria das regiões do *orbis Romanorum*, se baseava em um bem consolidado relacionamento entre o governo central, com sede em Roma, e as diversas elites cidadinas locais. O pilar de sustentação do Império Romano era constituído mediante uma rede de alianças entre um centro acumulador de riqueza e de poder e uma aristocracia municipal periférica enriquecida, que se perpetuava em seus privilégios e *status* por meio das benesses imperiais.

urbano (*urbs*) e alargada sobre uma área rural (*ager*) (MENDES, 2001, p. 26).

⁵ Nas moedas das figuras 1 e 2, ambas cunhadas em bronze e datadas do século I, observa-se, no anverso, a exaltação do poder imperial por intermédio da representação das efigies de Tibério (14-37) – com a inscrição latina *TICAESAR AVGUSTVS* – e da esposa de Otávio, Livia Drusa. No verso da primeira (Figura 1), nota-se a figura de Apolo, vestido com a toga romana e à sua frente uma cítara; no da segunda (Figura 2), observa-se uma representação da deusa Minerva, divindade associada à sabedoria e às artes. Em ambas as peças, os versos contêm a inscrição – localizada à esquerda das efigies de Apolo e Minerva – da cidade responsável pela emissão das moedas, contudo escrita em alfabeto púnico, fato que remete a uma tentativa de valorização da identidade cidadina local.

Roma mantinha com as diversas *civitates* que integravam o seu *imperium* uma relação de poder de tipo patronal, que se exprimia numa variedade de estatutos político-jurídicos concedidos às cidades.⁶ Tal sistema de concessões regulava as relações entre o centro governante e sua periferia, perpetuando um forte mecanismo de regulação social por meio de seu teor altamente promocional, fator determinante para o equilíbrio social no Império e que compensava, de certa forma, as insuficiências das estruturas administrativas do sistema político imperial (MENDES, 2007, p. 36-37).

Em suma, o Estado romano mantinha a cooperação e a lealdade das elites locais por intermédio de concessões de diferentes *status* às cidades e às suas aristocracias citadinas, sendo este um instrumento poderoso para contrabalançar e compensar as obrigações deixadas a cargo das elites municipais, responsáveis pela manutenção das cidades – por meio do evergetismo – e pelas prestações dos encargos fiscais devidos ao governo central.⁷

As cidades, *grosso modo*, poderiam ser diferenciadas em quatro categorias distintas, que expressariam os níveis de hierarquia e de relacionamento com o poder central: *oppidum stipendiarium*, *municipium Latinum*, *municipium civium Romanorum* e *colonia*.

Os *oppida stipendiaria* seriam cidades regidas por suas próprias leis nativas, por isso também chamadas de peregrinas ou estrangeiras. Nessa categoria ainda poderiam ser incluídas as *civitates libertae*, como foram Lepcis, Oea e Sabrata, nos primeiros séculos de dominação romana na Tripolitânia. Os habitantes dessas cidades não tinham direito à cidadania romana, estando, além disso, sujeitos a uma tributação exercida pelo governo central. Em termos hierárquicos, tais *civitates* se localizavam no nível mais baixo de relacionamento frente ao poder imperial (MENDES, 2007, p. 37).

O *municipium civium Romanorum* e o *municipium Latinum* eram cidades cujos magistrados recebiam, respectivamente, o *ius civitatis Romanae* – cidadania romana completa, com direitos políticos – e o *ius Latii* – que dava acesso ao *ius connubii*, direito de constituir família romana no sentido estrito, e ao *ius commercium*, direito de possuir bens. No tocante às colônias romanas, elas eram normalmente de dois tipos: havia as fundações novas, cidades construídas tendo como modelo Roma, muitas vezes constituídas por uma população de imigrantes e/ou soldados veteranos oriundos da Península Itálica;

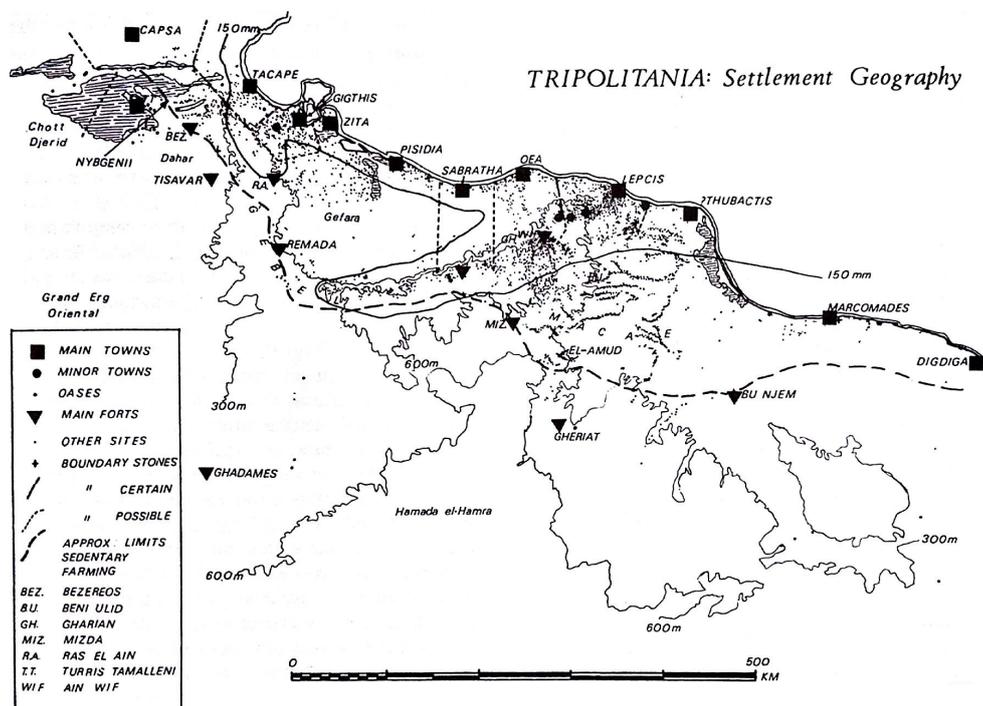
⁶ O *imperium Romanum* designava não só o espaço no interior do qual Roma exercia o seu poder, como este mesmo poder. A palavra *imperium* representava a força transcendente, simultaneamente criativa e reguladora, capaz de agir sobre o mundo, de submetê-lo à sua vontade. A etimologia da palavra continha a ideia de ordenação, de preparativos feitos em vista de um fim, concebidos pelo espírito de quem comanda (GRIMAL, 1993, p. 9-12).

⁷ O termo evergetismo refere-se às obrigações que os membros das ordens mais abastadas das cidades tinham em relação às suas *civitates*. Esses notáveis é que organizavam os espetáculos e os banquetes coletivos, é que construíam os prédios públicos, é que contribuíam com recursos próprios para o abastecimento do erário citadino. Em troca, garantiam para si os benefícios e as honrarias de serem os patronos da cidade (VEYNE, 1994, p. 114-117).

havia também as cidades já existentes antes do domínio romano, às quais era concedido o *status* de colônia após galgarem as etapas necessárias na hierarquia imperial. Em ambos os casos, os habitantes de tais cidades recebiam a cidadania romana plena e sua administração reproduzia as bases da organização institucional da cidade de Roma, com um conselho local (*curia*), dois magistrados superiores colegiados (*duumviri*) e os correspondentes colégios sacerdotais (pontífices e flâmines).

Entre o final do segundo e o início do terceiro século, havia na Tripolitânia, segundo dados retirados de duas fontes valiosas para o conhecimento das regiões provinciais do Império, o *Itinerarium Antonini* e a *Tabula Peutingeriana*,⁸ quatro cidades que ostentavam o *status* de colônia romana: Tacapae, Lepcis, Sabratha e Oea (Mapa 1). Somavam-se a elas mais seis cidades com o título de *municipium Latinum*: Telmine, Gigthis, Zitha, Pisidia, Thubactis e Digdida. Também pode ser citada mais uma dezena de pequenas *civitates*, cujo *status* é pouco conhecido, mas que provavelmente se caracterizavam como *oppida stipendiaria*, tais como Cidamus, Garama, Sugolin, Sutututtu, Mesphe, entre outras.

Mapa 1 - Principais cidades na Tripolitânia no Império Romano



Fonte: Mattingly, 1994, p. 139.

⁸ O *Itinerarium Antonini* é um registro das estações e distâncias ao longo de várias estradas do Império Romano. A sua autoria é desconhecida, bem como a data de sua publicação, mas presume-se que seja de início do século III. A *Tabula Peutingeriana* é um mapa que descreve as distâncias, as cidades e as vias romanas, sendo uma fonte provavelmente datada para o final do século IV (MATTINGLY, 1994, p. 61-66).

Em termos gerais, à medida que as cidades provinciais alcançavam *status* superiores na hierarquia romana, verificam-se a ocorrência de um processo de remodelação espacial de sua configuração urbana. Na Tripolitânia, pode-se seguir tal processo – paralelamente ao grau de romanização que tal fenômeno implicava –⁹ por meio do exemplo de Oea e das transformações urbanas decorridas na cidade.¹⁰ Oea possuía uma forte tradição púnica, sendo uma colônia cartaginesa fundada no século V a.C. Contudo, no decorrer do século II, com a intensificação da influência romana na Tripolitânia, erigiram-se na cidade diversos monumentos e prédios públicos, tais como teatro, anfiteatro, fórum, basílica, termas e templos, que lhe conferiam a feição de uma colônia romana (BIRLEY, 2002, p. 1-8; MATTINGLY, 1994, p. 122-125).

Até meados do século I, ao que tudo indica, Oea manteve inalterada a sua posição de *civitas liberta*, o que pode ser constatado pela manutenção dos nomes púnicos de seus principais magistrados: *shufetim* e *muhazim* (*Inscriptions of Roman Tripolitania*, 319; 321; 322; 323; 347; 348; 599).¹¹ Tal fato demonstraria a permanência das leis e das instituições tradicionais na cidade, a despeito da supremacia romana na Tripolitânia.

Um evento que corrobora a última afirmação é o conflito armado ocorrido entre Lepcis e Oea no ano de 69, acontecimento que confirmaria o *status* de *civitas liberta* da cidade e a frágil ingerência do governo imperial romano na região. De acordo com Tácito (*Historiae*, 4, 50), as escaramuças se iniciaram devido a disputas por terras agricultáveis localizadas na fronteira entre as duas *civitates* e tiveram o seu clímax quando a elite de Oea, auxiliada pela tribo líbia dos garamantes, sitiou e invadiu a cidade vizinha. Diante de tal situação, houve a necessidade da intervenção direta de Roma, que estabeleceu os limites definitivos entre as duas cidades (*Corpus Inscriptionum Latinarum*, VIII, 56690).

As poucas fontes disponíveis acerca do passado romano de Oea dificultam consideravelmente a análise da ascensão da cidade na hierarquia urbana imperial. A primeira denominação de Oea como colônia romana foi efetuada no ano 185, em um templo erguido em homenagem a Cômodo (180-192) e cujo texto epigráfico referia-

⁹ Muito embora o termo romanização tenha sido questionado pela historiografia recente, sua utilização, na falta de um substituto à altura, ainda é operacional. Tal conceito não deve mais pressupor, como no passado, a transformação do nativo em um completo romano, tendo em vista isso ser impossível – é impraticável o abandono total da própria cultura em prol de outra. De fato, ao operacionalizar o conceito de romanização, não se pode perder de vista a relação bidirecional existente, posto que romanos e nativos mutuamente se influenciavam e se ajustavam às novas realidades advindas com a criação do Império. A romanização, assim, pode ser percebida como um caminho de duas vias, como “um processo de mudança sociocultural, multifacetada em termos de significados e de mecanismos, que teve início com a relação entre os padrões culturais romanos e a diversidade cultural provincial” (BUSTAMANTE; DAVIDSON; MENDES, 2005, p. 25).

¹⁰ Oea é a atual Trípoli, capital da moderna Líbia.

¹¹ *Shufetim*, ou sufetas, eram os principais magistrados das cidades púnicas. Em número de dois, eram eleitos anualmente como os responsáveis por administrar as cidades. Os *muhazim* eram espécies de coletores públicos de impostos e responsáveis pela manutenção e conservação das cidades (REYNOLDS; WARD-PERKINS, 1952).

se ao culto ao gênio colonial da cidade (*Inscriptions of Roman Tripolitania*, 230). Alguns dados, contudo, indicam que tal concessão pode ter ocorrido em época anterior. Antes de 185, já havia, na cidade, magistrados típicos de uma colônia romana. Apuleio, autor norte-africano acusado de ser praticante de magia por parte da elite oeaense, ao se defender no tribunal do procônsul da África das acusações de *crimen magiae*,¹² em 159, cita, em sua *Apologia*, a existência em Oea de um *quaestor publicus* (Apuleio, *Apologia*, 101, 7).¹³ Fontes epigráficas da década de 160 também informam acerca da ocorrência de sacerdotes municipais, tais como *flamines perpetui* e *pontifices* (*Inscriptions of Roman Tripolitania*, 232; 233; 237; 235).¹⁴

Tomando o exemplo de Lepcis, onde foi erigido um arco do triunfo para comemorar a ascensão da cidade à categoria de colônia, é mais prudente datar a elevação de Oea a tal *status* no ano de 163 (*Inscriptions of Roman Tripolitania*, 353; 523; 537). Nessa data, é dedicado, na cidade, um arco do triunfo em homenagem a Marco Aurélio e Lúcio Vero, construído às expensas de Caio Calpurniano Celso, que se proclamava *duunvir quinquennallis*, isto é, a mais importante magistratura existente numa colônia romana (*Inscriptions of Roman Tripolitania*, 232; ALFÖLDY, 1996, p. 177).

Em meados do século II, supõe-se que Oea fosse uma *civitas* de pequenas proporções, com uma área urbana (*urbs*) de aproximadamente 490 quilômetros quadrados. Essa extensão pode ser inferida a partir das dimensões fornecidas pelas ruínas da antiga muralha citadina de Oea (n. 9, 10 e 11 do Mapa 2), que circundava a cidade na Antiguidade. Dadas tais proporções urbanas, Mattingly (1994, p. 122-125) estipula, para Oea, uma população de cerca de 20 mil habitantes no período imperial, densidade populacional corroborada pelas pesquisas de Duncan-Jones (1963, p. 85) acerca da população média das cidades romanas no norte da África, que, segundo este último, girava entre 10 e 20 mil pessoas.

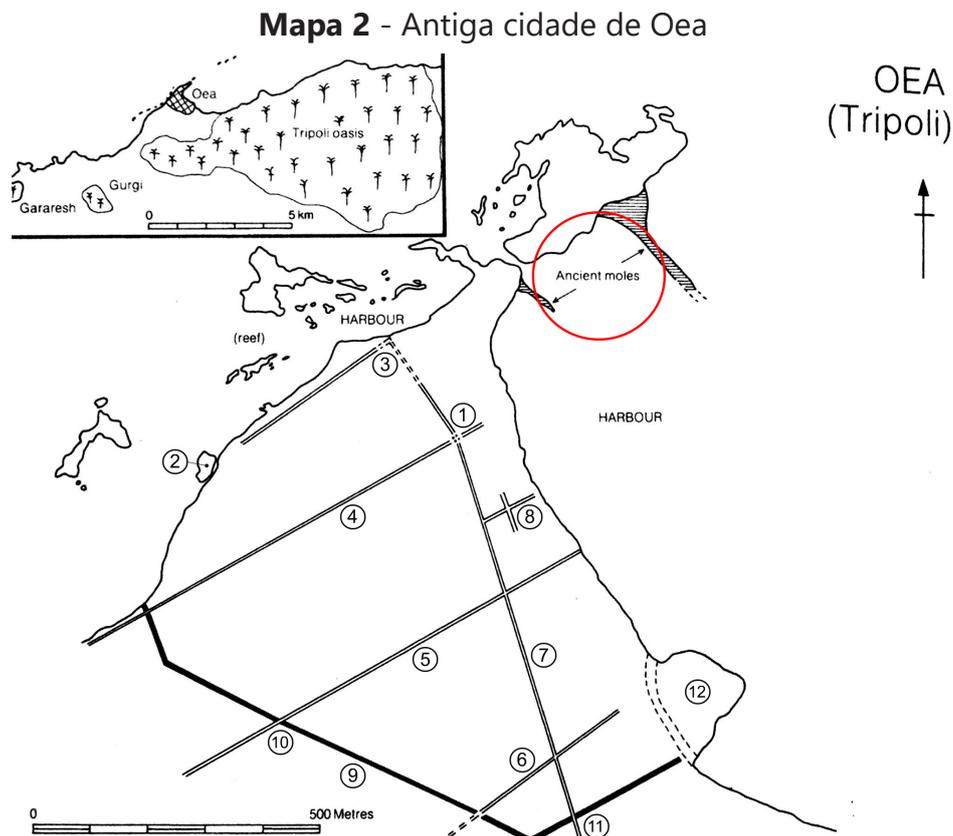
Como a maioria das cidades romanas, Oea era recortada por avenidas perpendiculares que constituíam as principais vias de acesso da *urbs*. Havia um eixo que cortava a cidade no

¹² Utilizava-se o termo jurídico *crimen* para indicar a acusação de um ato ilícito cometido contra a ordem estabelecida, contra uma comunidade, resultando num juízo público levado a cabo diante de um tribunal presidido por um magistrado (MONTEMAYOR ACEVES, 2008, p. 203-204). O *crimen magiae*, em meados do século II, era regido pelas *Lex XII Tabularum* e *Lex Cornelia de Sicarii et Veneficis*, que sentenciavam a pena capital para os praticantes de magia.

¹³ *Apologia* pode ser conceituada como um discurso jurídico, sendo considerado um dos poucos remanescentes da época imperial romana que chegou às nossas mãos. Trata-se da transcrição de uma autodefesa de Apuleio diante do tribunal do procônsul da África, Cláudio Máximo, no ano de 159. Em *Apologia*, Apuleio busca se defender de várias acusações – a principal delas a de magia amorosa – impetradas contra ele por Sicínio Pudente e Sicínio Emiliano, respectivamente filho e ex-cunhado de Emília Pudentila, mulher com a qual Apuleio se casou e, supostamente, enfeitiçou em Oea.

¹⁴ Os *flamines* eram os sacerdotes municipais responsáveis pelo culto destinado a Roma e ao imperador, sendo um importante veículo de ligação entre o governo central e a elite local. Instituído o *flaminato*, magistratura anual e ocupada pelos mais destacados membros do decurionato citadino, os habitantes das cidades testemunhavam a sua lealdade ao poder imperial (BUSTAMANTE, 1999, p. 328).

sentido norte-sul, ou seja, equivalente ao seu *cardus maximus* (n. 7 do Mapa 2), sendo este também uma ramificação da estrada costeira que ligava Cartago a Alexandria, no Egito.¹⁵ Existiam, além disso, quatro principais *decumani* – seguindo o sentido leste-oeste – (n. 3, 4, 5 e 6 do Mapa 2), que cruzavam o *cardus maximus* da cidade e interligavam o interior citadino ao litoral e, sobretudo, à região portuária de Oea (MATTINGLY, 1994, p. 122-125).



Fonte: Mattingly, 1994, p. 122.

Oea possuía uma vasta área costeira, especialmente propícia para a instalação de portos. Dos dois lados da pequena península que constituía a região onde se assentava a cidade havia excelentes ancoradouros naturais, estando os portos de Oea entre os mais importantes de todo o norte da África. Como se pode observar (Mapa 2), encontram-se, na parte norte da cidade, dois moles construídos em época romana,¹⁶ o que favorecia a acessibilidade das embarcações,

¹⁵ De acordo com os marcos miliários existentes na Tripolitânia e com os dados que são apresentados pelo *Itinerarium Antonini* e pela *Tabula Peutingeriana*, havia, na região, quatro vias principais. A mais destacada delas era a estrada costeira, que ligava Cartago a Alexandria (*Inscriptions of Roman Tripolitania*, 923-929). Essa via passava pelas mais importantes cidades da Tripolitânia, tal como afirma Apuleio, que a percorria em direção ao Egito no momento em que caiu doente em Oea (Apul., *Apol.*, 72, 1).

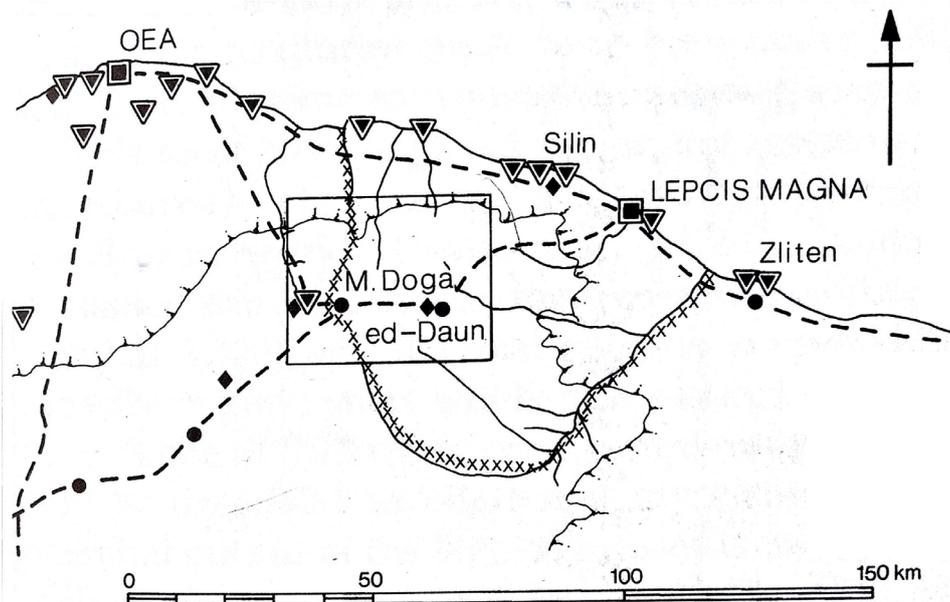
¹⁶ Moles seriam espécies de quebra-mares utilizados para amenizar a ação das marés sobre o litoral, facilitando o embarque e a ancoragem das embarcações.

assim como representava uma importante via de acesso entre as zonas leste e oeste da cidade, haja vista o pequeno canal localizado entre ambos os moles (MATTINGLY, 1994, p. 122-125).

Acredita-se, ademais, que a ocupação inicial de Oea tenha se assentado na região norte da cidade. É aí que provavelmente se instalou a mais antiga povoação púnica. De acordo com dados arqueológicos colhidos por David Mattingly (1994, p. 122-125), há boas evidências acerca da existência de um cemitério púnico (n. 2 do Mapa 2) próximo à área portuária localizada no litoral oeste da península, à qual se interligava por intermédio de uma via (n. 3 do Mapa 2).

Fora das muralhas citadinas, Oea era rodeada por vastos oásis, propícios para a instalação de ricas e luxuosas *villae* (Mapa 3).¹⁷ Esses locais correspondiam às residências rurais das mais abastadas famílias da cidade, que, de quando em quando, se retiravam para as suas propriedades, no campo. Tal evidência é corroborada pelo testemunho de Apuleio, em *Apologia*. O autor menciona que várias personagens locais possuíam residências afastadas da cidade, tais como Sicínio Ponciano e Sicínio Emiliano (Apul., *Apol.*, 53, 8-11; 56, 3-6). O próprio Apuleio, quando de seu casamento com Emília Pudentila, refugiara-se numa *villa*, nos arredores de Oea, atitude duramente reprovada pela elite local, visto que contrariava os procedimentos tradicionais do matrimônio, tais como a oferta de banquetes e a distribuição de benesses aos convivas (Apul., *Apol.*, 67, 4-6; 78, 5; 87, 9-10; 88, 1-2).

Mapa 3 - Localização das principais *villae* próximas a Oea

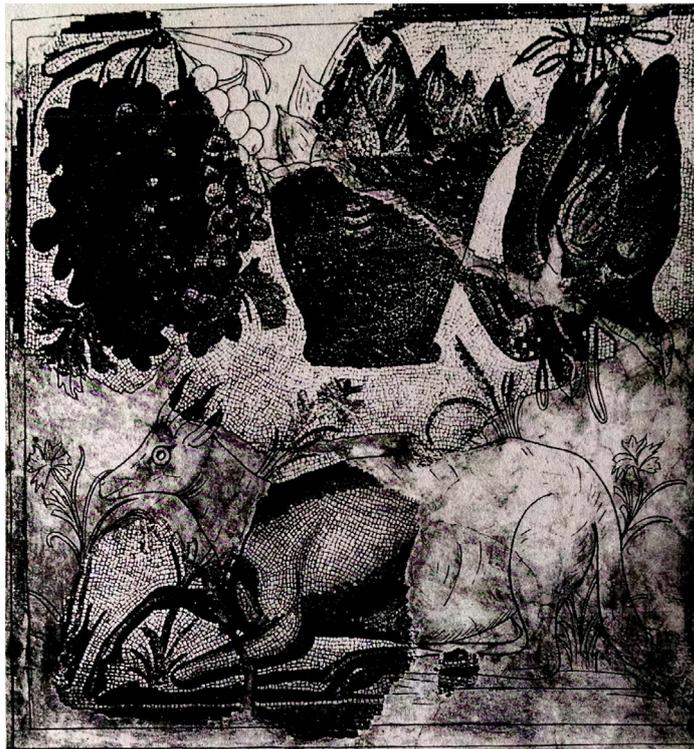


Fonte: Mattingly, 1994, p. 141.

¹⁷ "A *villa* significava, antes de tudo, uma organização específica do espaço rural, baseada na propriedade privada da terra [...] com o objetivo de desenvolver o fornecimento de produtos específicos – vinho e azeite –, voltados para o mercado" (JOLY, 2006, p. 69).

A opulência de tais *villae* é atestada pela presença de mosaicos em sua *pars urbana*.¹⁸ Aurigemma (1960, p. 30-43), em suas escavações nas cercanias da antiga Oea, descobriu várias residências de campo próximas à cidade, decoradas com mosaicos que retratavam a riqueza da elite cidadina. É possível afirmar que essas propriedades eram muito mais do que um lugar de moradia sazonal das aristocracias locais, elas também se apresentavam como um importante símbolo de *status*, exteriorizando o poder e a riqueza da elite oeaense. O mosaico seguinte (Figura 3), encontrado na região de *Bab Eg-gedid*, localizada a poucos quilômetros dos muros da cidade, exemplifica bem a busca de *status* pelos membros da elite local. Nele, vê-se a celebração da abundância dos víveres das terras do proprietário da *villa* pela apresentação de animais selvagens destinados à caça – demonstrado pela representação de uma gazela sobre a relva e de perdizes pendurados em uma espécie de armadilha – e pela profusão de gêneros alimentícios que compõem a cena do mosaico, tais como cachos de uva e figos.

Figura 3 - Mosaico de *Bab Eg-gedid*

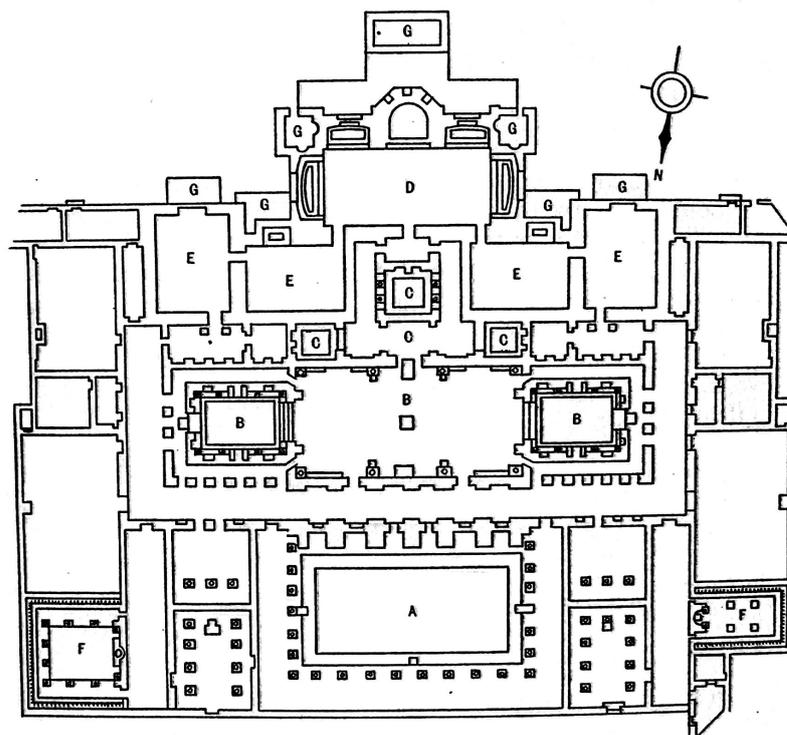


Fonte: Aurigemma, 1960, *plate* 49.

¹⁸ Segundo Columela (*De Agricultura*, 1, 6, 1-7), as *villae* poderiam ser divididas em três partes diferentes: *pars urbana*, que correspondia à habitação do senhor e de sua família quando em visita à propriedade; *pars rustica*, destinada à moradia e ao trabalho doméstico dos escravos; e *pars fructuaria*, que englobava as construções relacionadas à produção e ao armazenamento dos víveres.

Na região sul de Oea, encontram-se as ruínas das termas da cidade (n. 12 do Mapa 2). De acordo com Haynes (1959, p. 102) e Mattingly (1994, p. 122-125), tal conjunto arquitetônico, devido ao espaço que ocupava, seria comparável às construções termais mais imponentes da Tripolitânia. Tomando como modelo os banhos públicos de Lepcis (Figura 4), pode-se especular a constituição física das termas de Oea. Os banhos romanos tinham um ciclo complexo, constituído por diversas etapas consecutivas, que englobavam, primeiro, a ação de se banhar na piscina – *natatio* – (letra A da Figura 4); depois se passava, conseqüentemente, por uma sala fria – *frigidarium* –; por uma morna – *tepidarium* –; e por uma quente – *caldarium* –, sendo que algumas, como as termas de Lepcis, ainda abrigavam mais uma etapa, chamada de *laconicum*, isto é, uma sala na qual as temperaturas atingiam graus elevadíssimos (respectivamente, letras B, C, D, E da Figura 4).

Figura 4 - Termas de Adriano em Lepcis



Fonte: Haynes, 1956, p. 76.

As termas eram importantes locais de convivência e de sociabilidade,¹⁹ caracterizando-se como um dos mais frequentados dentre os edifícios públicos romanos. As edificações

¹⁹ Conceitua-se sociabilidades como a modalidade de associação entre indivíduos e/ou grupos com ênfase na própria interação, isto é, sem quaisquer propósitos ou objetivos que não a sociabilidade em si mesma, exemplo que pode ser dado pelo ato da conversação despido de fins práticos, cujo conteúdo não é o propósito, mas sim o meio pelo qual o vínculo social se mantém e as sociabilidades são estabelecidas (FRÚGOLI JÚNIOR, 2007).

destinadas aos banhos eram repletas de lojas e dispunham de um lugar específico – *palaestra* – para a prática de exercícios atléticos, de jogos diversos, de conversação e de leitura. Segundo Grimal (2003, p. 84): “nas termas [...] faz-se um pouco de exercício, relaxa-se sob as mãos do massagista, conversa-se, petiscam-se algumas guloseimas fornecidas por vendedores ambulantes. É [...] aí que se promovem os encontros de negócio ou de amizade”.

Dois dos mais importantes tipos de edifício público das *civitates* romanas – os teatros e os anfiteatros – infelizmente não são atestados pelos dados arqueológicos disponíveis para Oea. Pode-se apenas supor a sua existência, a partir de duas pequenas citações presentes na *Apologia* de Apuleio. Por conta disso, não há muitas informações acerca destes dois monumentos: não se sabe como eram, nem onde se localizavam, mas tão somente que faziam parte, ao crer-se no testemunho de Apuleio, do ambiente citadino de Oea.

No tocante ao teatro de Oea, infere-se a sua existência devido a uma passagem da *Apologia* (74, 7), na qual Apuleio repreende o comportamento libidinoso de Herênio Rufino, dando a entender que este último frequentara e fizera parte, em sua juventude, de peças teatrais apresentadas na cidade: “[...] em sua adolescência, antes de estar desfigurado por essa repulsiva calvície, [...] dedicou-se a executar sobre o palco certas danças, completamente efeminadas [...], mas, segundo tenho entendido, [...] desprovidas de arte e de graça”.

Em outro excerto de *Apologia* (98, 7), Apuleio informa acerca da ocorrência, em Oea, da prática gladiatória. Segundo o autor, haveria, na cidade, escolas específicas para a formação e o treinamento de gladiadores, a partir de que se supõe a existência de um anfiteatro em Oea, visto que esse era o local por excelência da realização dos *munera*, isto é, dos espetáculos de gladiadores. A passagem em questão se refere às críticas que Apuleio dirigia contra seu enteado Sicínio Pudente, em virtude da falta de instrução deste último. Sobre Pudente, Apuleio afirma: “inclusive, o veem, com frequência, na escola de gladiadores; ele [Pudente] conhece perfeitamente os nomes destes, seus combates e suas feridas, já que é o próprio lanista que lhe ensina”.²⁰

Em relação ao centro político, administrativo e religioso da antiga Oea, acredita-se que se localizava próximo ao único monumento do período romano ainda existente na cidade: o arco do triunfo quadrifonte (n. 1 do Mapa 2), erigido em homenagem a Marco Aurélio e Lúcio Vero por volta de 163 (*Inscriptions of Roman Tripolitania*, 230; MATTINGLY, 1994, p. 125). O arco foi erguido na interseção do *cardus maximus* com um dos *decumani* existentes na cidade, fato que reforça a interpretação acerca da centralidade da região adjacente ao monumento (GRIMAL, 2003, p. 82).²¹

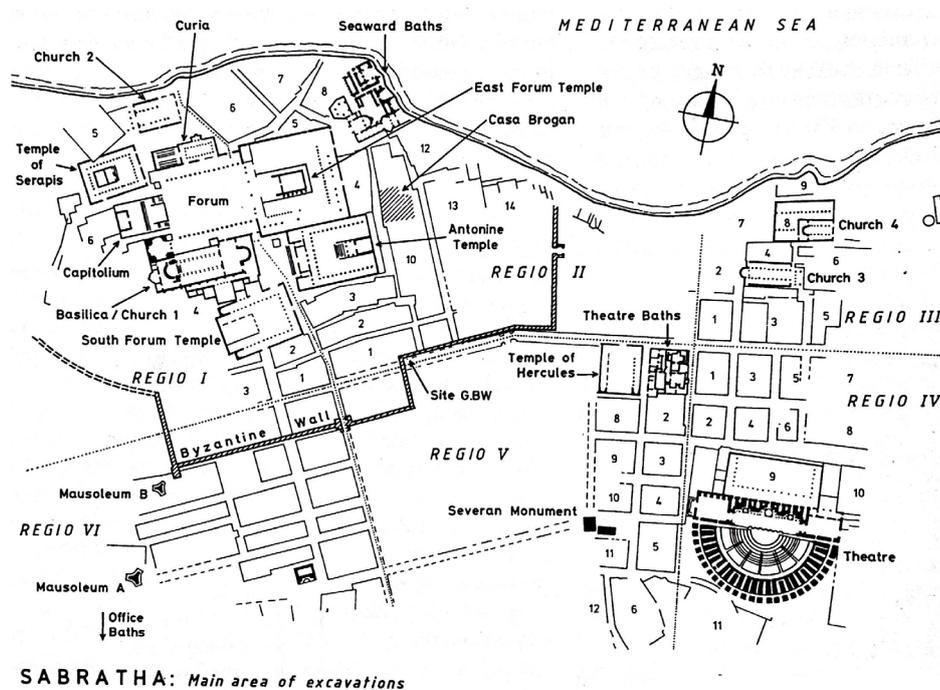
²⁰ Os *lanistae* eram os responsáveis por treinar, contratar e fornecer os gladiadores aos espetáculos públicos romanos (MUNGUÍA, 1980, p. 216).

²¹ Frequentemente, o fórum das cidades, ao redor do qual se construíam os principais prédios públicos de uma

Os arcos do triunfo construídos nas províncias do Império eram importantes veículos de consolidação e afirmação do poder romano. Utilizando-se da palavra (por meio de inscrições epigráficas) e da imagem (como elementos arquitetônicos monumentais de destaque na paisagem urbana), os arcos eram testemunhos emblemáticos da aliança local com Roma, da exaltação das personagens mais importantes do Império e dos indivíduos mais proeminentes da elite cidadina local, localizando-se, na maioria das vezes, na área central das principais cidades provinciais (GONÇALVES, 2005, p. 61).

Crê-se, por conta disso, que a região onde se assentava o arco do triunfo de Oea fosse o epicentro de uma série de construções e prédios públicos romanos. Em suas adjacências provavelmente se erguiam as principais edificações da cidade, tais como o fórum, a cúria, a basílica e os templos. Tomando-se como comparação a região central de Sabrata (Mapa 4), pode-se imaginar o modo como se organizavam espacialmente essas diferentes construções, o que possibilita entrever uma presumível fisionomia do núcleo urbano da antiga Oea. A região central de Sabrata constituía um complexo de edifícios essenciais ao funcionamento da cidade. Dispostos ao redor do fórum, havia a cúria destinada ao senado local, a basílica onde eram realizados os julgamentos e as performances oratórias, bem como os templos em homenagem aos deuses protetores da cidade e do Império.

Mapa 4 – Núcleo urbano da cidade de Sabrata



Fonte: Mattingly, 1994, p. 126.

civitas, tais como basílica, cúria e templos, se localizava na interseção do *decumanus* e do *cardus maximus* das *urbes* (GRIMAL, 2003, p. 87).

Do conjunto dos prédios públicos que constituía o centro político, administrativo e religioso de Oea, o único comprovado arqueologicamente é um templo erguido em louvor ao *Genio coloniae*, localizado em frente do Arco do Triunfo. Dele, somente restou uma inscrição epigráfica atestando a sua edificação no ano de 183 (*Inscriptions of Roman Tripolitania*, 232). O culto ao gênio da cidade, normalmente associado, no norte da África, à consagração dos *diis patrii*, representava uma manifestação patente de lealdade à comunidade cidadina, sendo o *Genio coloniae*, antes de tudo, a divindade protetora e a expressão sagrada da própria cidade. Nesse sentido, acredita-se que o templo erigido em homenagem ao *Genio* de Oea tenha sido um dos mais importantes santuários da cidade (BUSTAMANTE, 1999, p. 332-333).²²

Acerca do fórum e da basílica de Oea não há vestígios materiais que comprovem sua existência. No tocante a esses edifícios, a única fonte confiável são informações contidas em *Apologia*.²³ A basílica é citada duas vezes na obra, como o local onde Apuleio fez as suas performances oratórias. Segundo ele mesmo declara: “[...] a pedido de amigos, dou uma conferência pública a todos os presentes que, com grande concorrência, lotavam a basílica onde tinha lugar as audiências” (Apul., *Apol.*, 73, 2). Era, também, um edifício destinado a discursos laudatórios em homenagem às autoridades imperiais. Foi provavelmente na basílica de Oea que Apuleio pronunciou “uma conferência pública [...] em presença do ilustríssimo Loliano Avito” (Apul., *Apol.*, 24, 1), procônsul da África à época.²⁴

As basílicas eram lugares, por excelência, da administração da justiça. Na de Sabrata, por exemplo, Apuleio foi julgado. As basílicas das principais cidades da Tripolitânia serviam como sede provisória do tribunal do procônsul da África, durante sua passagem pela região, como no caso de Sabrata, em 159, ano em que Apuleio foi julgado por Cláudio Máximo.²⁵ Caracterizavam-se, além disso, como recintos de intensa socialização no perímetro urbano. Seja por conta das performances oratórias dos eruditos que as ocupavam para discursar, seja como locais de instalação do tribunal do procônsul, as basílicas atraíam, segundo informações retiradas de *Apologia* (28, 3), “toda uma multidão, [...] acudida de todas as partes e em grande número”.

²² Um dos elementos mais importantes de identificação no Império Romano era a lealdade à terra natal, à cidade à qual se pertencia. Além da cidadania romana, exaltava-se o pertencimento a uma determinada *civitas*, sendo parte integrante e fundamental da identidade dos indivíduos (GONÇALVES, 2010, p. 20).

²³ Sobre a cúria de Oea, não há qualquer evidência arqueológica e literária. Acredita-se que tenha existido, haja vista ser um dos mais importantes prédios públicos romanos, onipresente em todas as *civitates* provinciais.

²⁴ A passagem de Loliano Avito pela Tripolitânia é atestada por três inscrições epigráficas encontradas no teatro da cidade de Lepcis (*Inscriptions of Roman Tripolitania*, 533; 534; 535). Sobre a presença desse procônsul na região da Tripolitânia, ver Guey (1951).

²⁵ Em 159, a cidade de Sabrata recebeu a visita da comitiva (*conventus*) do procônsul da África, cargo ocupado à época por Cláudio Máximo. Tratava-se de um *conventus iuridici*, uma espécie de tribunal itinerante anualmente realizado por cada novo governador provincial, no qual o procônsul, acompanhado por um conselho formado por funcionários e *amici* (*consilium consularium virorum*), instalava-se em algumas das mais importantes cidades locais, com o intuito de atender as demandas jurídicas dos cidadãos romanos (FOURNIER, 2009, p. 211-212).

O fórum era a mais importante edificação pública de uma *civitas* romana, em torno do qual a cúria, a basílica e os templos se distribuíam. De acordo com Grimal (2003, p. 51): “todas as cidades provinciais possuíam, no seu centro, uma praça em volta da qual se encontravam todas as atividades do comércio e da vida pública. Em rigor, bastava um fórum para formar uma cidade”. *Grosso modo*, o fórum era composto por uma praça, um amplo espaço ladeado de colunatas e pórticos, onde se instalavam lojas as mais diversas, constituindo, por conta disso, um local de encontro e de sociabilidade, onde os cidadãos geralmente tratavam de negócios, teciam suas alianças políticas e matrimoniais e discutiam diferentes questões referentes ao dia a dia. Por intermédio de *Apologia*, vê-se o quanto o fórum de Oea era central na vida pública da cidade. Nele, Apuleio foi inicialmente caluniado em sua honra, sendo esse o epicentro “de uma campanha de calúnias desatada contra [ele]” (Apul., *Apol.*, 28, 5).

A reconstituição de uma cidade provincial como Oea é uma tarefa árdua, requerendo a utilização de diferentes fontes: numismáticas, epigráficas, arqueológicas e literárias.²⁶ A junção desta documentação permite-nos vislumbrar a constituição da cidade em época romana e demonstra-nos que seu processo de ascensão ao *status* de colônia romana reverberou em sua própria organização espacial, demarcando uma considerável transformação em seu sítio urbano. A construção, em Oea, no decorrer do século II, de edifícios públicos característicos de uma cidade romana, tais como basílica, fórum, termas, teatro, anfiteatro e templos, a divisão da cidade em *cardi* e *decumani*, evidenciam o alcance do impacto da conquista romana na Tripolitânia, influenciando no desenvolvimento urbano das cidades previamente existentes na região. Tais transformações urbanas, por conseguinte, não podem ser negligenciadas no momento em que se analisa a multifacetada relação estabelecida pelo Império com a população provincial, uma vez que a cultura material deve sempre ser percebida como um agente imprescindível na própria delimitação da ação dos indivíduos, conformando um quadro de referências e possibilidades socialmente apropriado pelo homem, em um processo de mão-dupla, em que a materialidade é produto e vetor de relações sociais: produto porque resulta da ação humana, de processos de interação social que criam e transformam o meio físico; vetor na proporção em que constitui o suporte para a efetivação das relações entre os homens (REDE, 2012, p. 145; MENESES, 1983, p. 112-113).

²⁶ Qualquer tentativa de reconstituição de Oea à época do Império Romano esbarra na quase completa inexistência de evidências arqueológicas, tratando-se de uma tarefa bastante árdua. Ao contrário de Lepcis e de Sabrata – cujos sítios são mais ricos e completos –, Oea não foi abandonada após o advento da conquista árabe na Tripolitânia, acontecimento ocorrido entre os séculos VII e VIII. A ocupação da cidade se manteve e ela continuou a existir como um importante centro urbano local. Tal fato, contudo, favoreceu a depredação da *civitas*, já que monumentos, edifícios e demais elementos arquitetônicos romanos foram empregados como fontes de matéria-prima para as novas edificações. Em resumo, a atual Trípoli foi construída a partir da e sobre a antiga Oea (HAYNES, 1956, p. 101).

Referências

Documentação textual

- APULÉE. *Apologie et Florides*. Introduction et traduction de Paul Valette. Paris: Les Belles Lettres, 2002.
- APULEYO. *Apología y Flórida*. Introducción, traducciones y notas de Santiago Segura Munguía. Madrid: Gredos, 1980.
- COLUMELA. *On agriculture*. Translated by S. Forster. London: Loeb Classical Library, 1977.
- HERÓDOTO. *História*. Tradução de Mário da Gama Kury. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1988.
- ITINERARIUM ANTONINI*. Roma: Impensis Friderici Nicolai, 1877.
- TACITUS. *Historiae*. Translated by Ch. D. Fisher. Oxford: Clarendon Press, 1911.

Documentação arqueológica

- CORPUS INSCRIPTIONUM LATINARUM*. Berlin: Academy of Sciences and Humanities, 1881. v. VIII.
- INSCRIPTIONS OF ROMAN TRIPOLITANIA*. Rome: British School at Rome, 1952.
- NUMISMATIQUE DE L'ANCIENNE AFRIQUE: les monnaies de la Syrtique, de la Bizacene et de la Zeugitane*. Copenhagen: Bianco Luno, 1861.
- TABULA PEUTINGERIANA*. Cura di Francesco Prontera. Roma: Leo S. Olschki Editore, 2003.

Obras de apoio

- ALFÖLDY, G. *Historia social de Roma*. Madri: Alianza Editorial, 1996.
- AURIGEMMA, S. *Italy in Africa: archaeological discoveries (1911-1943): Monuments of decorative art: mosaics*. Rome: Istituto poligrafico dello Stato, 1960. v. 1.
- BIRLEY, A. R. *Septimus Severus: the african emperor*. London: Routledge, 2002.
- BUSTAMANTE, R. M. da C. Práticas religiosas nas cidades romano-africanas: identidade e alteridade. *Phoênix*, Rio de Janeiro, n. 5, p. 325-348, 1999.
- BUSTAMANTE, R. M. da C.; DAVIDSON, J.; MENDES, N. M. A experiência imperialista romana: teorias e práticas. *Tempo*, v. 9, n. 18, p. 17-41, 2005.
- CHERRY, D. *Frontier and society in roman north Africa*. New York: Oxford University Press, 2005.
- DUNCAN-JONES, R. P. City population in roman Africa. *The Journal of Roman Studies*, London, v. 53, p. 85-90, 1963.

- FOURNIER, J. Rome et l'administration judiciaire provinciale. In: HURLET, F. (Org.). *Rome et l'occident: gouverner l'empire*. Rennes: Presses Universitaire de Rennes, 2009, p. 207-227.
- FRIJA, G. Administrar o território das cidades no Império romano. In: CAMPOS, A. P. et al (Orgs.). *Territórios, poderes, identidades: a ocupação do espaço entre a política e a cultura*. Vitória: GM, 2012, p. 91-104.
- FRÚGOLI JÚNIOR, H. *Sociabilidade urbana*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- GLARE, P. G. W. Civitas. In: _____. *Oxford latin dictionary*. Oxford: Clarendon Press, 1968, p. 330.
- GONÇALVES, A. T. M. Cidade, cidadania e identidade no mundo romano: uma proposta de análise. In: CAMPOS, A. P. C. et al. (Orgs.). *A cidade à prova do tempo: a vida cotidiana e relações de poder nos ambientes urbanos*. Vitória: GM, 2010, p. 17-27.
- _____. Homenagens aos severos: a construção de arcos do triunfo nas cidades do norte da África. In: CARVALHO, M. M. de; LOPES, M. A. de S.; FRANÇA, S. S. L. *As cidades no tempo*. Franca: UNESP, 2005, p. 61-86.
- GRIMAL, P. *As cidades romanas*. Lisboa: Edições 70, 2003.
- _____. *O Império Romano*. Lisboa: Edições 70, 1993.
- GUEY, J. Au theater de Leptis Magna. Le proconsulat de Lollianus Avitus et la date de l'Apologie d'Apulée. *Revue des Études latines*, n. 29, p. 307-317, 1951.
- HAYNES, D. E. L. *Antiquities of Tripolitania*. London: The Trinity Press, 1956.
- JOLY, F. D. Terra e trabalho na Itália no alto império. In: SILVA, G V. da; MENDES, N. M. (Org.). *Repensando o império romano: perspectivas socioeconômica, política e cultural*. Rio de Janeiro: Mauad, 2006, p. 65-84.
- MATTINGLY, D. J. *Tripolitania*. Michigan: University of Michigan Press, 1994.
- MENDES, N. M. Império e romanização: estratégias, dominação e colapso. *Brathair*, n. 7, p. 25-48, 2007.
- MENDES, N. M. Romanização e as questões de identidade e alteridade. *Boletim do CPA*, n. 11, p. 25-42, 2001.
- MENESES, U. T. B. de. A cultura material no estudo das sociedades antigas. *Revista de História*, n. 115, p. 103-117, 1983.
- MONTEMAYOR ACEVES, M. E. Leyes contra el crimen de magia: la Apología de Apuleyo. *Nova Tellus*, n. 2, v. 26, p. 201-222, 2008.
- MUNGUÍA, S. S. Introducción general. In: APULEYO. *Apología e Flórica*. Madrid: Gredos, 1980, p. 7-49.
- RAVEN, S. *Rome in Africa*. London and New York: Routledge, 1993.
- REDE, M. História e cultura material. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Orgs.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 133-150.

- REYNOLDS, J. M.; WARD-PERKINS, J. B. Oea. In: _____. *Inscriptions of roman Tripolitania*. Rome: British School at Rome, 1952a. Disponível em: <http://www.irt.kcl.ac.uk/irt2009/introductions/I2_oea.html>. Acesso em: 10 dez. 2011.
- VEYNE, P. O império romano. In: ARIÈS, P. ; DUBY, G. (Orgs.). *História da vida privada: do império romano ao ano mil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 19-224. v. 1.